

VOLUME
XXVI BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2013

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



De corpo e alma: O oratório do Cárcere Académico da Universidade de Coimbra. Primeiras linhas de investigação

MILTON PEDRO DIAS PACHECO

Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Bolseiro pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
Centro de História de Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa/
Universidade dos Açores
Centro Interdisciplinar de Estudos Camonianos (CIEC) da Universidade de Coimbra
miltondpacheco@yahoo.com.br
miltonpacheco@ci.uc.pt

Artigo entregue em: 15 de janeiro de 2013
Artigo aprovado em: 14 de março 2013

RESUMO

Provida de incontáveis privilégios desde a sua fundação, a Universidade de Coimbra, após a sua instalação definitiva no Paço Real de Coimbra, em 1537, decidiu, nos finais da centúria de Quinhentos, instituir um cárcere académico reservado exclusivamente à comunidade escolar. No seguimento de várias campanhas de obras destinadas ao estabelecimento da cadeia no principal edifício universitário foi erigido um oratório privativo para providenciar algum conforto espiritual aos detidos. Pretendemos assim com o nosso estudo contextualizar e analisar os vários espaços arquitectónicos e conhecer alguns dos artefactos devocionais utilizados no oratório do cárcere académico.

PALAVRAS-CHAVE: Oratório do cárcere académico/ Arte/ Universidade de Coimbra

ABSTRACT

Receiving several prerogatives since the foundation, the University of Coimbra established in the late 16th century an academic prison exclusively

to lodge the scholar community, after its final accommodation at the royal palace of Coimbra, in 1537. To provide some spiritual comfort to the detainees, afterward the several constructions campaigns to install the jail in the main scholar building, it was erected a private oratory. The main goal of our study is to comprehend and analyse the several architectural spaces and to present some of the devotional artefacts used in the academic jail oratory.

KEYWORDS: University prison chapel / Art / University of Coimbra

Desde o primeiro momento da sua criação, o *Studium Generale* português foi sendo cumulado com sucessivas prerrogativas e múltiplos privilégios, pontifícios, episcopais e régios, que acabariam por se materializar num vasto e importante património artístico que ainda hoje subsiste na vetusta instituição universitária à beira do Mondego implantada.

Com o objectivo de atrair um maior número de mestres professores e estudantes à única Universidade do Reino, fundada em Lisboa em 1290, o rei D. Dinis (1261| 1279-1325) viria a conceder inúmeras regalias a toda a comunidade escolar. A par dos apoios concedidos no âmbito da habitação (com a fixação do valor das rendas); da alimentação (com a criação de mercados e açougues privativos); do financeiro (com a atribuição de bolsas de estudo e isenção de impostos fiscais e taxas alfandegárias); do militar (com a concessão de dispensa no dever de incorporação); o Rei Fundador determinou conferir também direitos, liberdades e garantias no campo judicial, com a criação do foro privativo sobre todas as pessoas da Universidade¹.

Assim, logo a 9 de Agosto de 1290 Nicolau IV (1227|1288-1292), com a homologação bula *De Statu Regni Portugalliae*, não só confirmava a fundação da instituição universitária, como a cumulava com benefícios exclusivos, sujeitando os *magistri*, *scollares* e *seruientes* a um foro eclesiástico próprio. A comunidade académica alcançava assim a isenção nas causas crime e cível do foro comum do Reino, passando esta matéria a depender directamente da alçada do juiz eclesiástico da Diocese de Lisboa, e, mais tarde, do de Coimbra².

Fora este o primeiro grande compromisso estabelecido entre a Coroa Portuguesa e a Igreja de Roma, cuja influência na instituição universitária, agora sob a protecção pontifícia, iria ser a sua força motriz até à centúria de Oitocentos.

¹ BRAGA, 1892: 107-113; MARQUES, 1997: 87, 112, 118.

² VASCONCELOS, 1917: 7; VELOSO, 1997: 133.

A um ano de ser transferida de Lisboa para Coimbra, a Universidade foi contemplada, a 27 de Janeiro de 1307, com a *Carta de Constituições do Estudo*, documento que reforçou as disposições pontifícias anteriores e permitiu a criação de um foro independente, ainda que desde 1290 “os estudantes e mestres constituíam já uma categoria regulamentada por regras jurídicas universalmente aceites”³.

Logo a 15 de Fevereiro de 1309, a Universidade, já a funcionar em Coimbra, recebia por provisão régia dionisina a *Magna Charta Privilegiorum*⁴, adquirindo assim um estatuto corporativo de maior autonomia legislativa e judicial⁵. O novo diploma, “envolvido em faixas clericais e reclinado no bêrço da Igreja”⁶, assegurava assim os meios essenciais à manutenção e aplicação da justiça. Concedia a toda a comunidade académica imunidade forense nos tribunais ordinários mas sujeitava-a, contudo, nas suas causas crime e cíveis, ao foro eclesiástico do prelado diocesano conimbricense⁷.

Segundo o historiador António de Vasconcelos (1860-1941), o foro académico assumiu-se, de facto, como uma das mais importantes prerrogativas concedidas ao *Studium Generale* conimbricense, o que:

“muito enalteceu a Universidade medieval portuguesa, acolhendo sob a sua égide protectora os lentes, escolares e oficiais, e bem assim os respectivos familiares, que todos eram isentos da jurisdição de quaisquer autoridades estranhas à Universidade, e só pleiteavam perante o tribunal benévolo, carinhoso e paternal dos seus juízes privativos”⁸.

No entanto, todos os benefícios conferidos acabariam por acentuar as sérias fronteiras sociais, responsáveis pelo aumento das tensões e conflitos entre a comunidade universitária e a população residente. Aliada à conduta boémia e à pouca dedicação aos estudos, esta situação terá contribuído de igual modo para a contínua itinerância da Universidade entre a buliçosa Lisboa e a pacata Coimbra⁹. Era assim inevitável a criação de um cárcere universitário próprio.

³ MATTOSO, 1997: 5; CRUZ, 1964: 19; VASCONCELOS, 1902: 9.

⁴ VELOSO, 1997: 136.

⁵ VASCONCELOS, 1917: 9; BANDEIRA, 1991: 11.

⁶ MARQUES, 1997: 87, 114.

⁷ Uma das medidas tomadas interditava o alcaide de Coimbra em deter os estudantes na prisão, instalada no castelo da cidade, que acabaria por ser revogada pelo Rei-Poeta em 1312. VELOSO, 1997: 139, 144; VASCONCELOS, 1901: 4; BRANDÃO, 1937: 52; VASCONCELOS, 1938: 302.

⁸ VASCONCELOS, 1917: 5.

⁹ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1654: 3; PEREIRA, 1991: 225-226.

Após a última e definitiva instalação da Universidade na principal cidade do Mondego, no ano de 1537, assistiu-se na centúria de Quinhentos à concepção e organização de um cárcere académico, uma cadeia privativa e exclusiva para a detenção dos escolares, mestres e oficiais¹⁰. O processo de consolidação jurídica do único *Studium Generale* constituído em Portugal durante séculos, iniciado logo nos princípios do século XIV, viria a culminar com a fundação de um cárcere privado, num período cronológico análogo ao do resto da Europa, como *la prison universitaire* de Paris e Lovaina, *the academic jail* de Oxford e Cambridge, *la cárcel académica* de Salamanca e Valhadolid, ou *der Studentenkarzer* de Leipzig, Heidelberg e Tübingen¹¹.

Segundo o que as fontes documentais permitem conhecer foi durante o reitorado de D. frei Bernardo da Cruz (c.1503-c.1565) – o dominicano designado pelo Infante D. Henrique (1512|1578-1580) para estabelecer e dirigir a judicatura distrital do Tribunal do Santo Ofício em Coimbra –, que surgiu, pela primeira vez, a possibilidade de organizar uma cadeia destinada exclusivamente à população académica na Universidade de Coimbra.

Na missiva dirigida ao rei D. João III (1502|1521-1557), a 13 de Julho de 1541, o Reitor, no governo da instituição entre 1541 e 1543, tecia algumas considerações de modo a justificar o estabelecimento de um cárcere de usufruto exclusivo à comunidade académica. A posição assumida seria, muito provavelmente, a resposta à decisão tomada pelo monarca através do alvará concedido a 1 de Julho daquele ano, pelo qual autorizava a detenção dos estudantes na prisão da cidade¹².

Em nosso entender, a deliberação régia está intimamente relacionada com a introdução do Santo Ofício em Portugal, organismo de controlo social e intelectual que deveria manter a única instituição universitária do Reino incólume face aos ideais *contaminantes* dos movimentos protestantes irrompidos por toda a Europa. Os processos instaurados pelo tribunal distrital em Coimbra contra alguns dos professores humanistas¹³ do Real Colégio das Artes são disso prova.

Expressando a sua opinião pessoal, frei Bernardo comentara que “tambem me parece que para ser esta obra desta tam insine vniuersidade perfeita deuem

¹⁰ Prerrogativa alargada igualmente aos colégios das Ordens Religiosas e Militares incorporados na Universidade.

¹¹ PIMENTEL, 2005: 292-293; RAIT, 1918: 103; RASHDALL, 1895: 614, 615, nota 4.

¹² BRANDÃO, 1938: 17.

¹³ Como português Diogo de Teive ou o escocês George Buchanan. Sobre o assunto vide o completo estudo de Mário Brandão, *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*, 2 volumes, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1948-69.

ter carcel por si”, sugerindo, preferencialmente, a sua instalação fora do edifício do Paço Real onde estavam sedeadas as Escolas, e dotado com “seu carcereiro como se vsa nas outras unjversidades”, pois só assim, “cesaria o agrauo dos estudantes de serem metidos em companhia de negros pesoas limpas e que as vezes serão alj metidos mais por auerem hum espanto que por graues culpas”, no que considerava ser uma convivência prejudicial à sua própria formação moral e disciplinar¹⁴.

Até ao estabelecimento do cárcere académico, os estudantes e outras pessoas ligadas juridicamente à Universidade, quando incorrendo em acção criminosa punível, eram detidas e encaminhadas para a prisão pública de Coimbra, ao tempo instaladada no primitivo castelo medieval, onde hoje se abre a Praça de D. Dinis.

O direito na utilização da cadeia municipal pela instituição académica remonta então a 25 de Maio de 1312, quando, poucos anos depois da primeira transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, D. Dinis encarregou o oficial de justiça da cidade de todo “aque[le] [estudante] que achardes andar despois que o terceiro sino for tangido filhade-o vós alcaide e levade-o para [a prisão d]o castello”¹⁵.

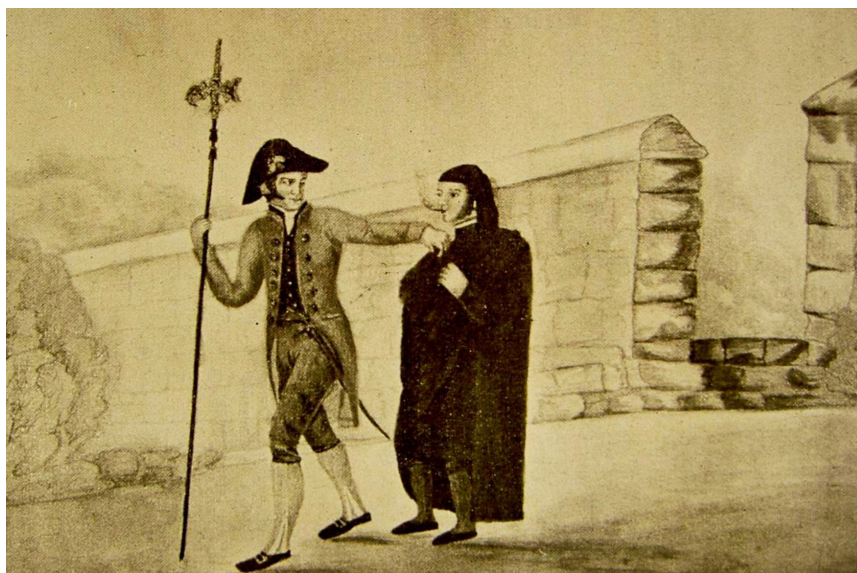


Fig. 1 || **Detenção de um estudante universitário por um arceiro** (verdeal)
Autor desconhecido || zincogravura || século XIX

¹⁴ PIMENTEL, 2005: 293, nota 739.

¹⁵ CARVALHO, 1942: 88; MADAHIL, 1943: 333; MARQUES, 1997: 114.

Proveniência: reproduzida em António de VASCONCELOS, “Génese, evolução e extinção do fôro académico”, *Escritos Vários*, volume I, Coimbra Editora, L.d^a, 1938, p. 320-321. Placa original depositada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - Arquivo Automático.

Mais tarde, esta resolução régia acabaria por ser lavrada no próprio diploma regulamentar da Universidade, com os *Estatutos* de 1559, apresentados pelo reformador Baltasar de Faria (?), ainda que sem uma efectivação material¹⁶. Na verdade, se o Capítulo XXV dos referidos *Estatutos* concedia ao Conservador o privilégio de mandar “prender no Castello hou en suas pousadas quaisquer estudantes ou pessoas da Universidade”, a carta régia, outorgada a 26 de Janeiro de 1559, ordenava a construção de um cárcere privativo,

“devendo a casa da prisão ser forte e segura, como convinha, de maneira que os presos não pudessem fugir, havendo nessa cadeia um carcereiro e todos os ferros e prisões para os presos estarem nela seguramente”¹⁷.

Embora conheçamos agora os propósitos da criação da cadeia académica, ignoramos, por completo, o local primitivo do seu estabelecimento. No entanto, Mário Brandão (1900-1995), sem distinguir um espaço específico, assevera a efectivação daquele diploma pelo alvará concedido a 26 de Outubro de 1559¹⁸. Perante a ausência de documentação mais precisa será provável que a cadeia académica terá sido estabelecida, temporariamente, nalguma dependência fora do paço da real, no cárcere público da cidade ou no aljube episcopal, junto ao Paço do Bispo?

De acordo com as deliberações relativas à “cadea da Vniuersidade”, expressas no Artigo III do Capítulo II do Livro I dos *Estatutos* de 1591, era instituída:

“hũa cadea publica, na qual se prenderão somente estudantes, & creados seus, que verdadeiramẽte o forem, & residirem na dita Vniuersidade, manteudos & sustentados pellos ditos estudantes seus amos: & assi os officiaes da Vniuersidade que actualmente seruirẽ, & os mais privilegiados”¹⁹.

¹⁶ VASCONCELOS, 1901: 9; ALMEIDA et alii, 1937: 224.

¹⁷ *Estatutos*, 1559: 72-73, 120; LOUREIRO, 1959: 213.

¹⁸ BRANDÃO, 1924: 224.

¹⁹ *Estatutos*, 1593: 67, v; *Estatutos*, 1598: 134, v, e 135; *Estatutos*, 1654: 133-134.

Determinando minuciosamente as várias atribuições e funções do cárcere universitário salientava-se que “prendendo o dito Conseruador os estudantes, criados, & familiares seus em outra prisão que não seja a cadea da Vniuersidade”²⁰, ainda que se verificassem algumas excepções, sobretudo, no campo da Fé²¹.

Porém, é curioso notar, que apesar da criação de um cárcere privativo exclusivo à comunidade académica e do reforço das competências do Conservador, cabia ao Reitor a decisão de mandar prender os culpados, “por algũa justa causa [...] de uendolhe a prisam ficar por castigo, ou aver outra pena leue”. De modo a fazer cumprir as suas disposições, o monarca estabelecera que “todas as minhas justiças que assi o guardem & fação guardar, sem a isso porem impedimento algum, sob todas as penas, & modos dellas”²². Acreditamos que os estudantes, independentemente da gravidade do delito cometido, deveriam assumir a sua culpa e aceitar o castigo imposto, de modo a evitar o envolvimento das autoridades civis, e, muito provavelmente, incorrer na possível expulsão da Universidade, segundo a prática da instituição congénere parisiense²³.

Organizada a parte legislativa, a Universidade, nos últimos anos da centúria de Quinhentos, iria promover a instalação da respectiva cadeia académica nos pisos inferiores do edifício principal do Paço das Escolas, mais precisamente sob a Sala Grande dos Actos, num processo construtivo contínuo que se prolongaria durante a primeira metade do século XVII. De facto, em 27 de Abril de 1593, era disponibilizada a verba de 50 000 réis a Manoel Nunez (?) para a organização da cadeia universitária, decorrendo logo as primeiras obras em 15 de Maio, data em que foram pagos mais 40 000 réis aos “oficiais que trabalharam na obra da cadea e paços”²⁴.

Mas, se porventura, a cadeia já estivesse a funcionar em 1598, a carta de venda do Paço Real de Coimbra à Universidade, dada a 8 de

²⁰ *Estatutos*, 1593, 67, v; *Estatutos*, 1598: 134, v, 135; *Estatutos*, 1654: 133-134.

²¹ Também as práticas consideradas imorais e de âmbito jurisdicional do Tribunal do Santo Ofício eram motivo para a anulação do foro académico, impedindo a prisão dos indigitados no cárcere da Universidade como previam as *Ordenações do Reino*. Tal situação sucedeu ao doutor António Homem, lente da cadeira de Prima da Faculdade de Cânones da Universidade e cônego da Sé de Coimbra, que, pela acusação das práticas de sodomia e judaísmo, foi preso, a 24 de Novembro de 1619, no cárcere da Palácio da Inquisição de Coimbra e posteriormente transferido para o de Lisboa, cidade onde viria a falecer. BRAGA, 1895: 554-555.

²² *Estatutos*, 1593: 30, v, 31, 67, v; *Estatutos*, 1598: 134, v, 135; *Estatutos*, 1654: 58, 133-134.

²³ Trata-se de uma mera suposição, uma vez que os diferentes *Estatutos* não o mencionam claramente. RAIT, 1918: 97.

²⁴ ALMEIDA, 1967: 15; PIMENTEL, 2005: 293, nota 740.

Setembro desse ano, não a identifica ou localiza em lugar específico entre os edifícios arrolados²⁵.

É precisamente através do confronto de dois documentos exarados por Manuel Rodrigues (?), o primeiro carcereiro conhecido em funções²⁶, que é possível avançar com uma cronologia exequível para o início do funcionamento da cadeia académica logo para o ano de 1603. Assim, no auto de entrega de 7 de Fevereiro de 1603, o carcereiro recebeu do ferreiro Domingos Dias (?) os instrumentos necessários ao seu exercício: quatro “farpeias” (algemas), um grilhão, quatro “terbelhos” (rebetes?) e um martelo²⁷; – “os ferros e prisões para os presos” como determinava a carta régia de 26 de Janeiro de 1559²⁸ –, e na petição 20 de Setembro seguinte, o mesmo oficial solicitava o pagamento de 2 000 réis à sua esposa, Leonor Dias (?), pelos trabalhos de limpeza realizados no cárcere²⁹.

Independentemente dos trabalhos concretizados na década de 1590, a “cadeia do tereiro” da Universidade parecia não reunir, contudo, as condições mínimas de segurança, segundo se depreende dos novos trabalhos realizados, com a colocação de “grades da entrada do tereiro e cadeia e mais cousas necesarjas”, a 13 de Setembro de 1607, e a construção de “hua parede p^a fortificar a cadeia pella bamda do palheiro”, segundo o contrato de 19 de Maio de 1609³⁰. Apesar do reforço das estruturas carcerárias com as campanhas de obras efectivadas, em Agosto de 1609 seria denunciada a tentativa de fuga de alguns dos escolares detidos, evasão

²⁵ O documento, solicitado pelo próprio D. Filipe I, revela somente que: “hei por vendidos a dita universidade de coimbra os ditos paços assi e da maneira que a my pertencem é como estão emtramdo pelo tereiro com todas as cazaz dalto abaixo é cousas a ellas pertencentes annexas e juntas como são as casas em que ora estão”. PIMENTEL, 2005: 293, nota 740; BRAGA, 1895: 92.

²⁶ Carcereiro entre 20 de Fevereiro de 1603 e 3 de Janeiro de 1615. Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC] -Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Carcereiro Manuel Rodrigues, petição de 7 de Fevereiro de 1603”).

²⁷ Estes instrumentos – os “trebelhos” e as “feropeas” – são igualmente referidos na *Relação dos ferros da cadeia do castelo de Coimbra* de 1574. CASTRO, 1872: 106; AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Carcereiro Manuel Rodrigues, petição de 7 de Fevereiro de 1603”).

²⁸ LOUREIRO, 1959: 213.

²⁹ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Carcereiro Manuel Rodrigues, petição de 20 de Setembro de 1603”).

³⁰ Esta alusão à construção de uma parede de reforço na cadeia, localizando-a na “bamda do palheiro”, permitiu a António Filipe Pimentel localizar assim o cárcere académico nas imediações das cavalariças do Paço das Escolas, onde hoje se encontra a funcionar o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito. PIMENTEL, 2005: 293, nota 741; ALMEIDA, 1971: 93, 102.

que acabaria por ser bem-sucedida pelo estudante Manuel de Araújo (?) em Outubro desse mesmo ano³¹.

Esta situação, de visível precariedade das instalações, não ficaria assim resolvida definitivamente, pois, a 2 de Janeiro de 1618, o carcereiro Jerónimo Correia Vidal³² (?) solicitou que, “para mais segurança dos presos”, ordenassem “consertar a cadea que esta muy danificada assi de adufas como de portas”³³.

A acção correcional e disciplinar da cadeia universitária, enraizada desde a sua fundação, foi acentuando-se exponencialmente à medida que o foro académico ia sendo espoliado das suas características constitutivas. Os estudantes detidos usufruíam das comodidades mínimas e indispensáveis para continuar os estudos, e demonstrando boa conduta era-lhes concedido alguma liberdade para ir “fazer actos, indo tirar ponto, recolhendo à cadeia e fazendo depois o acto sempre na companhia do meirinho ou do guarda das escolas”³⁴. Deste, como a própria instituição lhes poderia negar a assistência espiritual, sobretudo, quando alguns dos estudantes ficavam detidos por vários meses³⁵?

Ora, é precisamente na campanha de obras seguinte, iniciada no último trimestre de 1645, que surgem então as primeiras referências à existência de um oratório no cárcere académico.

Considerado o consolo espiritual um acto elementar para a reeducação moral e correcção disciplinar dos prisioneiros, a Mesa da Fazenda da Universidade cederia perante a exigência de um grupo de escolares detidos, apresentada na petição de 5 de Dezembro de 1645: “Dizem os presos da Cadeia desta V.^{de} q̃ esta mesa ouve por seru.º de D̃s mandar q̃ se fizesse hum oratorio na

³¹ Manuel de Araújo é um dos primeiros estudantes conhecidos detido no cárcere académico da Universidade de Coimbra. Matriculado na Faculdade de Cânones, entre 1602 e 1611, esteve a cumprir pena na “cadea do tereiro”, em Outubro de 1609. AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Carcereiro Afonso Montarroio, petição de 23 de Agosto de 1609”; “Carcereiro Domingos Barca, petição de 9 de Outubro de 1609”; “Manuel de Araújo”; *Receita e Despeza da Universidade do anno de 1609 a 1615*, tomo IV, “Pagamento de André de Burgos de 18 de Julho de 1611”; “Jerónimo de Burgos Contreiras”).

³² Carcereiro de 30 de Outubro de 1610 a 15 de Junho de 1618. AUC, Universidade de Coimbra – *Cadeial Capela da Cadeial Obras*, (“Processos dos carcereiros”).

³³ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Carcereiro Jerónimo Correia Vidal, petição de 2 de Janeiro de 1618”).

³⁴ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Petição de 29 de Maio de 1780”); FONSECA, 1995: 409, nota 167.

³⁵ Manuel António de São José, natural de Freixiandes, Ourém, esteve detido duzentos e trinta dias, de 11 de Outubro de 1765 até 30 de Maio de 1766. AUC, Universidade de Coimbra – *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Certidão de 1766”), 1; RAIT, 1918: 103.

d.^a cadeia aonde se lhe pudesse diser missa”³⁶, e, muito provavelmente, ouvir os detidos em confissão.

Na verdade, a reclamação dos estudantes visava o estabelecimento de um oratório, um espaço suficientemente funcional para a celebração da Missa, muito embora já existisse no cárcere um “*arco-capela*”, não mais que um pequeno nicho embutido numa das paredes do presídio, edificado no biénio de 1633-1634³⁷.

A presença efectiva da Religião no quotidiano da vida académica, segundo atestam os inúmeros artigos presentes nos vários diplomas estatutários, não poderia ser, obviamente, ignorada. Procurando assim exaltar a *República Cristã*, os *Estatutos*, aprovados em 1591 e publicados dois anos depois, no seu Título I do Livro I, determinava assim o estabelecimento de uma capela nas “*eschollas desta Universidade*”:

“A principal cousa, que em todas as cōmunidades bẽ ordenadas se deve procurar, he a honra, gloria & serviço de Deos nosso señor: & nesta Universidade ha pera isto mayor obrigação, assi por se ensinar nella sua santa doutrina, & as mais sciências necessarias pera bõ governo, & cōservação da Republica Christã”³⁸.

A ausência de qualquer regulamento ou artigo normativo nos vários diplomas estatutários da Universidade, dedicado ao ministério religioso estabelecido para o oratório do cárcere, impossibilita de conhecer os seus mecanismos de funcionamento e dificulta a percepção da dimensão social do quotidiano vivido em torno do circunscrito espaço sagrado³⁹. É, então, provável que o serviço litúrgico e confessional fosse assegurado por quatro dos treze capelães⁴⁰ nomeados para assumir funções administrativas na irmandade universitária, a Confraria

³⁶ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Petição 5 de Dezembro de 1645”).

³⁷ DIAS, 1997: 417.

³⁸ *Estatutos*, 1593: 1.

³⁹ Somente a partir da minuciosa análise dos processos individuais dos universitários detidos é possível reunir a informação necessária para conhecer a configuração dos hábitos vivenciais e o ritmo das práticas devocionais instituídas em torno do oratório carcerário.

⁴⁰ Os *Estatutos* de 1654 autorizavam os capelães da Universidade, “sacerdotes, estudantes, sem raça algũa”, a celebrarem os ofícios sagrados fora da Real Capela de São Miguel, nomeadamente no oratório privado do Reitor, na igreja monástica de Santa Cruz ou na capela do Colégio de São Paulo (e em Muge!). *Estatutos*, 1593: 1; *Estatutos*, 1654: 5; “Reformaçam dos Estatvtos feita no anno de MDCLII”, *Estatutos*, 1987: 1-5, 303-305; VASCONCELOS, 1990: 243, 251; AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Carcereiro Francisco José Machado, petição de 6 de Julho de 1782”).

de Nossa Senhora da Luz⁴¹, uma vez que eram estes os promotores da assistência junto dos detidos, aliviando-os na fome ou auxiliando-os na doença.

É, no entanto, a partir dos registos da Visitação ocorrida a 17 de Abril de 1646, que dispomos de alguns dados acerca da calendarização dos actos litúrgicos mandados oficializar na cadeia universitária. Estas missas “q na cadeia se disê” deveriam decorrer “como e na mesma forma q se disê em [o Colégio de] S. Paulo”. Contudo, ainda que estas fossem contabilizadas como sendo celebradas na própria *Capela dos Estudos*, usufruindo os capelães dos mesmos benefícios estipulados, verificou-se que:

“algũs dos PP. Capelães faltão nas missas dos dias s.^{tos} hindo dizer em outra p.^{te} as ã havião de ser dittas [...], e ã algumas vezes não ha PP. ã digão as do Coll.^o de S. Paulo, e cadea, &^a pello ã mandamos q não se falte a esta obrigação”,

sob pena de serem devidamente multados de acordo com o que ficara decidido nas visitas anteriores⁴².

A petição de 17 de Outubro, assinada pelo pedreiro da instituição, Gregório Gonçalves (?), é reveladora do plano de trabalhos, avaliados em 6 000 réis:

“a obra da capella da cadea incidira na construção de quatro poais de pedra dancan [calcário de Ançã] e o degrau do altar em redondo do mesmo garneceo as e branqueou a caza toda fazendo nicho p.^a as galhetas e ladrilhou a caza fazendo tudo a sua custa e pondo o necessario a lhe leuantou huã paredinha na ilharga do altar”⁴³.

Esta seria ainda dotada de uma diminuta sacristia, reservada à paramentação e preparação dos ministros, e destinada ao acondicionamento das alfaias e paramentos litúrgicos⁴⁴.

⁴¹ Constituída por professores e estudantes universitários e administrada pelos escolares clérigos, a Confraria, fundada pelo Infante D. Henrique, provavelmente na década de 1430, tinha como principal fonte de receita, além dos donativos e pagamentos dos vários actos académicos, o dinheiro proveniente das multas pagas pelos académicos presos no cárcere. Conserva-se ainda hoje no altar do lado do Evangelho da Capela da Universidade, a imagem da sua titular: Nossa Senhora da Luz. *Estatutos*, 1654: 21, 22, 25, 136, 139, 311; VASCONCELOS, 1990: 243, 251.

⁴² AUC - Universidade de Coimbra, *Visitações da Capela* (tomo I, 212); VASCONCELOS, 1990: 140.

⁴³ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Petição de Gregório Gonçalves de 17 de Outubro de 1645”).

⁴⁴ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Relação dos objectos de culto adquiridos para a capela da cadeia, de 5 de Dezembro de 1645”).

No mesmo dia, o pintor Diogo Ferreira (?), comunicava também a conclusão do douramento do retábulo e da cruz do altar, a realização da pintura do atril, sacrário e imagem devocional da capela, serviço pelo qual cobrou 6 600 réis⁴⁵. No entanto, a reforma do espaço cultural carcerário havia sido programa meses antes, com a encomenda de um retábulo para o “altar da caça da cadeia”, ao serralheiro Bartolomeu Ferreira (?) e ao marceneiro da Universidade Francisco Morais (?), entre Abril e Maio de 1645. O primeiro recebeu pelo seu trabalho 4 330 réis e o segundo 11 000 réis, num custo total de 15 330 réis⁴⁶.

Mas a intervenção material só terminaria com as obras de serralharia levadas a cabo por António Fernandes (?), ao executante das “tres fixas p.^a segurança das portas do altar da cadeia as quais pesaram des arrates”. A folha de despesas, apresentada a 2 de Novembro, mostra que “p.^a se chumbarem nas pedras cõprou sete arrates de chumbo”, e se utilizaram ainda nas mesmas portas vários “pregos de moeda”. Os trabalhos executados pelo serralheiro no oratório da cadeia, aos quais se juntava o arranjo dos sinos da Torre da Universidade, tiveram o custo de 2 273 réis⁴⁷.

Todos os trabalhos, de cantaria, marcenaria e pintura deveriam estar concluídos no final do mês de Novembro, pois em 5 de Dezembro de 1645, o síndico da Universidade, Adrião Pereira Gomes (?), procedia à execução do inventário das alfaias e paramentos devocionais, entretanto adquiridos para o serviço litúrgico e depositados na sacristia anexa da capela do cárcere:

“por ordem desta meza quando se acabou a obra da capella da cadeia e quando ultima até se vizitou a capella e se vio o de ã estaua falta a sacristia se lhe ordenou ã mandasse fazer as peças referidas neste rol abaixo e o custo dellas”⁴⁸.

Com a realização do inventário ficava finalizado o programa de reforma do espaço cultural no cárcere académico, visto que onze dias depois, a 16 de Dezembro de 1645, era que “tudo esta acabado com perfeição”, ficando a

⁴⁵ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial Obras* (“Petição 17 de Outubro de 1645”).

⁴⁶ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial Obras* (“Quitação de 24 de Abril de 1645”; “Petição de 2 de Maio de 1645”); ALMEIDA, 1972: 147, 150.

⁴⁷ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial Obras* (“Petição de António Fernandes de 2 de Novembro de 1645”).

⁴⁸ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial Obras* (“Relação dos objectos de culto adquiridos para a capela da cadeia de 5 de Dezembro de 1645”).

faltar apenas a autorização do ordinário diocesano para a celebração eucarística, requerida pelo lente de prima de Teologia, frei Leão de São Tomás (?-1651)⁴⁹.

E nas décadas seguintes terá o oratório do cárcere académico desempenhado as suas funções espirituais no apoio dos delinquentes e outros infractores detidos, recebendo, sempre que preciso, as campanhas de manutenção e consolidação materiais. Assim aconteceu nos inícios do ano de 1740, a 20 de Fevereiro, quando Urbano de Oliveira (?) procedeu à pintura da “capella dos Prezos desta Uniuersidade”⁵⁰.

É com base num documento setecentista que é possível conhecer, ainda que sumariamente, uma lacónica mas ainda assim curiosa descrição dos espaços que constituíam a primitiva cadeia sob a Sala Grande dos Actos. Assim, esta secção universitária, a 10 de Janeiro de 1748, era ainda composta por “duas pequenas logeas nos baixos da Salla dos actos, que recebem pouco ar, e pouca luz”⁵¹, e um oratório, às quais se juntava a “Casa do carcereiro” junto à “Torre dos Sinos”⁵².

De facto, em Maio de 1749, já se havia planeado a ampliação do cárcere “para o quintal da Universidade”⁵³, o que de certo modo justificava a necessidade de reformação ou ampliação das estruturas existentes vinte e um anos antes de D. Francisco de Lemos (1735-1822) assumir o governo da Universidade⁵⁴.

No seguimento do plano de remodelação dos vários edifícios do complexo do Paço das Escolas delineado pelo seu reitor-reformador, D. Francisco de Lemos, a 3 de Setembro de 1773, o prelado informava o ministro josefino, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), da necessidade de transferir a cadeia universitária. Na longa exposição referente aos vários

⁴⁹ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Petição 5 de Dezembro de 1645”).

⁵⁰ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Petição de 20 de Fevereiro de 1740”).

⁵¹ PIMENTEL, 2005: 293, nota 741.

⁵² Estas dependências acabariam por ser transformadas em armazéns. PIMENTEL, 2005: 293, nota 741.

⁵³ A autorização, expressa na provisão régia assinada por D. João V, em 20 de Maio de 1749, está transcrita no *Livro V do registo das provisões antes da nova fundação da Universidade*, de 1772, fólio 49. TEIXEIRA, 1889: 310.

⁵⁴ A 22 de Junho de 1754, seis anos após o relato das más condições de habitabilidade do cárcere, dois deputados da Mesa de Consciência e Ordens, Filipe Castelo Branco e Filipe Maciel, informavam o Reitor de que o pedido para o aumento dos salários de lentes e oficiais havia sido rejeitado, justificando a sua decisão pela diminuição dos rendimentos da Universidade e pela necessidade da instituição proceder a uma urgente campanha de obras no edifício principal das Escolas, entre as quais destacam a construção de uma nova cadeia. FONSECA, 1995: 408-409, nota 167.

trabalhos impulsionados pela reforma universitária, que transformara a Alta cidadina num imenso estaleiro, D. Francisco afirmava:

“Também represento a V.^a Ex.^a a necessidade que ha de mudar-se a Cadeia do lugar onde está para as casas que ficam por baixo da actual Livraria; as quaes só podem servir para este fim, e para elle confere a tradição, que aqui ha foram feitas; por ser indecente semelhante casa tanto á face dos concursos e funcções académicas, por ser necessaria para se guardarem e se recolherem as alfaias e moveis da sala e aulas, e fazer muito máu arrançamento e serventia, que se faz da outra parte do Paço das Escolas”⁵⁵.

À esclarecedora e firme reivindicação do prelado em deslocar a cadeia do edifício central, em grande proximidade com a Sala dos Capelos, para as dependências localizadas nos pisos inferiores da Casa da Livraria⁵⁶, o marquês de Pombal, pelo officio de 5 de Outubro seguinte, validava o respectivo pedido ao determinar que:

“Pelo que respeita a se remover a Cadeya para as Casaz inferiores á Livraria, tanto se ajusta á boa razaõ que já esta mudança deveria estar feita, por não haver couza mais ridicula do que apresentar-se no vestibulo do bello Sallaõ da Universidade huma indigna e taõ sordida enxovia. Feita pois esta mudança, poderá V. S.^a appllicar a antiga prizaõ para aquelle uso que lhe parecer mais decente, e proprio”⁵⁷.

A posição clara do bispo-reitor, que sublinhara o “máu arrançamento e serventia” da cadeia para na realização dos “concursos e funcções académicas”, seria complementada com a opinião do ministro plenipotenciário, considerando igualmente desfavorável a localização dessa “enxovia sordida e ridícula” nas proximidades de umas das salas mais nobres e emblemáticas da Universidade, o palco da realização das mais diversas cerimónias solenes e actos académicos. Embora ambos concordassem na inconveniente localização do cárcere, julgamos que a deslocação daquelas instalações seria inevitável perante a programação das obras de reformação do corpo central do edifício, onde viria a ser construída a actual estrutura da Via Latina, cujas obras terão afectado, por certo, o seu funcionamento.

⁵⁵ PIMENTEL, 2005: 292, nota 737; BRAGA, 1898: 507-508; BANDEIRA, 1943: 144.

⁵⁶ BANDEIRA, 1943: 143-144.

⁵⁷ ALMEIDA, 1937: 103; BRAGA, 1898: 508; BANDEIRA, 1943: 144.

Apesar da célere autorização concedida, a transferência da primitiva cadeia universitária, do flanco norte para o poente do Paço das Escolas, só foi efectivada nos inícios de 1779, como se depreende da petição dirigida ao Reitor pelo carcereiro André Lopes da Cunha (?), a 19 de Janeiro, através da qual comunicava que estava “feita a trasladação dos presos da antiga cadeia p.^a a nova, que se acabou de concluir”⁵⁸. Mas outras novas campanhas iriam arrancar dentro em breve, uma concluída a 5 de Maio de 1781, e uma segunda foi programada, sob a supervisão do conservador Marçal José Galvão de Oliveira (?), para o ano seguinte⁵⁹.

Desconhecemos os motivos deste atraso mas considerando “a má Escholastica ensinada das aulas” como uma das consequências directas da relaxação da disciplina e dos costumes da mocidade académica, o responsável pela efectivação da Reforma Pombalina averiguara que, no lustro de 1772-1777,

“não houve bulhas, dissençoens, queixas, prizoens, e nem eu tive motivo de reprehender nem se sentio falta de Leys de Police[amento]; porque todos procuravão satisfazer aos seus deveres”⁶⁰.

Assim, perante o decréscimo da “criminalidade” estudantil, ou enquanto o Reitor-Reformador dispunha dos meios necessários à transferência do cárcere, não se teria considerado urgente a sua reinstalação nos baixos da Biblioteca Joanina⁶¹.

Apesar das obras dirigidas em finais de 1778 nas dependências localizadas nos dois pisos inferiores daquele edifício, o primeiro destinado às várias dependências carcerárias e o segundo às restantes áreas de apoio e administração, onde cremos que estaria localizado o oratório, nos inícios de 1779, o carcereiro apontava sérias incorrecções nas instalações, nomeadamente a “falta de commodid.^e” dos residentes, a débil segurança dos gradeamentos e o ineficaz sistema de iluminação nos acessos interiores⁶².

⁵⁸ No ofício de 28 de Junho de 1758 a 19 de Janeiro de 1779. AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (Carcereiro André Lopes da Cunha, petição de 19 de Janeiro de 1779”; “Processos dos carcereiros”).

⁵⁹ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Carcereiro Francisco José Machado, petição de 5 de Maio de 1781”).

⁶⁰ LEMOS, 1980: 135-139, 208-209.

⁶¹ LEMOS, 1980: 135-139, 208-209.

⁶² AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Carcereiro André Lopes da Cunha, petição de 19 de Janeiro de 1779”; “Carcereiro Francisco José Machado, petição de 5 de Maio de 1781”).

Entretanto, através da “Planta baixa da Cadeia da univercid.^e” da autoria do arquitecto e mestre-de-obras José do Couto⁶³ (c.1750-1829), é possível conhecer a disposição das *enxovias* e dos *segredos* e os vários acessos interiores existentes. Perante o desenho traçado, António Filipe Pimentel (1959) considera que as obras programadas tenham correspondido à obstrução da comunicação entre a primeira *enxovia* e a *loige da entrada*, que dava acesso, a nascente e a norte, a um conjunto de *loiges vagas*⁶⁴.

Concluído o processo de reinstalação da nova cadeia, as antigas dependências localizadas sob a Sala dos Capelos seriam readaptadas a outros serviços, ficando a casa do carcereiro cedida para a habitação do sineiro e as celas da cadeia, incluindo a casa do oratório, destinadas à instalação do Gabinete de Obras da Universidade⁶⁵.

No que diz respeito à organização interna e identificação individual dos espaços do cárcere académico no corpo edificado da Casa da Livraria, por onde passaram as gerações de estudantes delinquentes e transgressoras, nada sabemos. É, portanto, impossível conhecer a localização, disposição e constituição do oratório carcerário, que, ao ter sido instalado no piso intermédio, estaria contíguo à casa da audiência, à habitação do carcereiro e à cozinha. Ainda assim, acreditamos que o oratório e a casa da audiência seriam as divisões mais *honrosas* existentes no complexo da cadeia, a julgar pela descrição do seu mobiliário e objectos descritos.

⁶³ Couto iniciara os seus trabalhos na Universidade, em 1780, como ajudante de risco do arquitecto José Carlos Magne. TRINDADE, 1993: 51-53.

⁶⁴ PIMENTEL, 2005: 291, 294; PIMENTEL, 1998: 50.

⁶⁵ PIMENTEL, 2005: 293, nota 741.

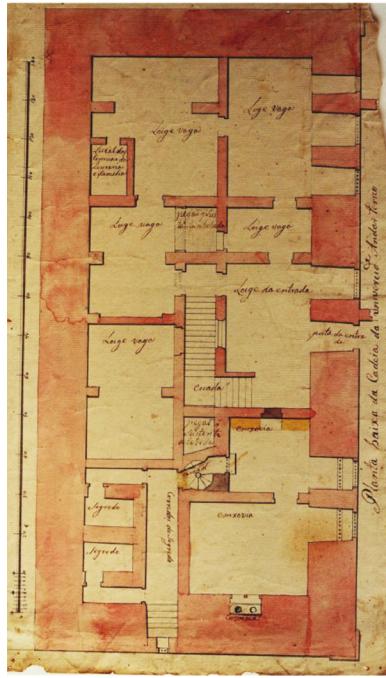


Fig. 2 || *Planta baixa da Cadeia da univercid.e Andar terrio*
José do Couto - 1819
Proveniência: Museu Nacional de Machado de Castro (Inv.º D.A. 28)

O plano de readaptação deverá ter obedecido aos estritos preceitos epocais, com a aplicação de programas arquitectónicos exequíveis e flexíveis às áreas disponíveis, e de acordo com os factores de funcionalismo e segurança, que nem sempre foram alcançados, dominando, como seria de esperar, os princípios de despojamento e austeridade das suas estruturas⁶⁶.

Outra das características residiria na exiguidade das áreas ocupadas, na pobreza dos materiais utilizados e no local de implantação seleccionado: dependências subterráneas, devolutas ou com funções secundárias, com pouca iluminação natural e sempre com deficientes condições de salubridade.

Face às escassas referências sobre constituição formal e arquitectónica da casa do oratório, local de redenção pelos crimes cometidos, abunda, no entanto, alguma documentação acerca do património destinado às celebrações eucarísticas.

⁶⁶ Seria uma arquitectura austera e despojada, que correspondia à necessidade de punir física e psicologicamente, fundamentais para a regeneração social dos presos. Sobre este assunto vide SANTOS, 1999.

Como qualquer outro espaço vivencial, também o oratório do cárcere possuía um conjunto de móveis, alfaias e paramentos indispensáveis às funções celebrativas que aí decorriam nos Domingos e principais dias festivos do Calendário da Igreja⁶⁷. Os mesmos capelães deveriam ainda auxiliar no apoio espiritual daqueles que procuravam a redenção pelos actos imprudentes praticados.

Assim, na *Relação dos objectos de culto adquiridos para a capela da cadeia*, inventário feito a 5 de Dezembro de 1645, são identificados três cálices, um grande e dois mais pequenos, diversos paramentos com as diferentes cores litúrgicas, como quatro véus de ombros, doze véus de cálice, três palas e duas toalhas de altar, sendo este forrado com bocaxim amarelo, assim como outros objectos de uso comum, como os dois espelhos destinados a servir na sacristia, tudo avaliado em 15 410 réis⁶⁸.

Mas é somente a partir do inventário dos *Trastes, Moveis e Alfaias da Capela da Cadêa da Universidade*, executado por José Joaquim de Faria (?), no dia 15 de Novembro de 1799⁶⁹, que ficamos a conhecer o orago a que havia sido dedicado o espaço cultural da cadeia académica: Santo António de Lisboa⁷⁰ (c. 1191-5|1231).

Foi durante as nossas investigações que viemos a localizar nos anexos da capela de São Miguel da Universidade de Coimbra, nas áreas do antigo Museu de Arte Sacra, aquela que acreditamos ser a imagem devocional primitiva existente no oratório do cárcere académico, uma escultura “representando Santo António com o Menino (com respectivos resplendores de prata)”⁷¹. Contudo, a peça localizada foi executada calcário de Ançã, e não em “barro” ou “pao” como os inventariantes, contraditoriamente, descreveram nos arrolamentos.

⁶⁷ VASCONCELOS, 1990: 140.

⁶⁸ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Relação dos objectos de culto adquiridos para a capela da cadeia de 5 de Dezembro de 1645”).

⁶⁹ O mesmo documento apresenta os instrumentos existentes na cadeia, destinados à detenção dos delinquentes, como “Duas gravatas de ferro sem cadeados; Dois pares de Algemas de ferro só com hum cadeado”, assim como o mobiliário depositado na casa da Audiência, uma “Cadeira de Espalda de madeira pintada com seu panno verde na frente com Armas Reaes, e de Minerva”. Importa ainda mencionar que Ana Maria Bandeira identifica um aloquete com sua chave, hoje depositado no Arquivo da Universidade de Coimbra, como um dos instrumentos existentes no cárcere. AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Inventário dos bens móveis da Cadeia Universitária de 15 de Novembro de 1799”).

⁷⁰ Apesar das obras hagiográficas tradicionais não o identificarem como padroeiro dos prisioneiros é possível que a escolha de Santo António para o orago da capela da cadeia esteja relacionado com o episódio em que o santo, através do dom da ubiquidade, apareceu em Lisboa para livrar o pai da acusação por homicídio. De igual modo, é ainda muito sugestiva a estrofe de um responsório popular que invoca a intercessão do santo junto dos condenados: *Das prisões quebra as correntes*.

⁷¹ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Inventário dos bens móveis da Cadeia Universitária de 15 de Novembro de 1799”).



Figs. 3 e 4 || **Santo António de Lisboa e pormenor**

Oficina desconhecida || calcário de Ançã || século XVII (1ª metade)

Proveniência: Capela de São Miguel (dependências do antigo Museu de Arte Sacra da Universidade)

Porventura terá sido esta peça seiscentista, como revelam as características estilísticas, a imagem escultórica adquirida pela Mesa da Fazenda da Universidade entre Abril e Outubro de 1645 – datas que balizam a encomenda do retábulo do altar da cadeia (e certamente da imagem escultórica), e a execução da sua pintura por Diogo Ferreira⁷², para o oratório carcerário?

Existia ainda uma cruz de assento, com a imagem de Cristo Crucificado, um conjunto de galhetas, executadas em estanho, uma caixa de hóstias, alfaia cujo paradeiro exacto é desconhecido mas que, segundo as nossas suspeitas, algumas delas poderão ser encontradas na sacristia da igreja universitária. No rol dos bens inventariados é ainda mencionada a existência de uma mesa “muito velha forrada a tecido verde”⁷³.

⁷² Encontra-se, no entanto, já danificada e incompleta visto a mão direita do santo ter sido substituída, porque partida, por uma de madeira, e faltar o Menino, a cruz de madeira e os resplendores de prata originais. AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial Obras* (“Petição 17 de Outubro de 1645”).

⁷³ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial Obras* (“Inventário dos bens móveis da Cadeia Universitária de 15 de Novembro de 1799”).

Mas na verdade existiriam ainda mais alfaias e vasos litúrgicos, assim como paramentos para o uso dos celebrantes, como informa uma nota manuscrita no próprio inventário: “Há paramentos e alfaias moveis mais dos acima descriptos, os quaes vão carregadas sobre o Reverendo Padre Thesoureiro na Inventario da Capela Real da Universidade”⁷⁴.

Ora é precisamente no termo de entrega dos bens móveis da cadeia, executado por Joaquim Pereira de Magalhães (?), o escrivão de armas, e Paulino José de Figueiredo (?), o meirinho, no dia 4 de Setembro de 1819, aquando da tomada de posse do novo carcereiro, José Joaquim Gomes⁷⁵ (?), que se ficam a conhecer mais alguns objectos que terão servido no oratório da cadeia, entre outros já identificados⁷⁶.

Além do “Santo Antonio de Barro com huma cruz de pau na mão”, e do “corsificio de Latam amarelo pertencente ao Altar”, que estaria certamente ladeada de dois “casticais de latam de altura de hum palmo”, sabemos da existência de uma cruz de madeira, prateada, um cálice, com a sua patena e colherinha, todos em prata seguramente, um conjunto de galhetas de estanho e uma caixa de hóstias, “de lata”⁷⁷.

A “banca de pau de pinho com sua gaveta com fechadura e chave”, certamente localizada na sacristia anexa, deveria conter no seu interior o farto conjunto de paramentos litúrgicos:

“Huma Toalha de Linho no altar; Hum veu de tafetá verde de cobrir o altar; Huma vestimenta de duas cores branca e emcarnada com estola e manipolo; Huma bolsa de corporais de duas cores branco e emcarnado com os corporais dentro e sua pala; Dois veus de

⁷⁴ O *Inventario que exestia no Archivo da Junta*, um documento não datado, terá sido feito com base no arrolamento dos *Trastes, Moveis e Alfaias da Capela da Cadêa da Universidade*, uma vez que a descrição dos instrumentos carcerários e dos bens do oratório é muito idêntica, nomeadamente a locução de origem latina “NB”, que diz “Ha param.^{tos}, e alguns moveis mais dos asima, os quaes vão carregados ao R.^{do} P.^e Thesoreiro no Inventario da Capella Real da Univ. de”. AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Inventário dos bens móveis da Cadeia Universitária de 15 de Novembro de 1799”; “Copia do Inventario que exestia no Archivo da Junta”).

⁷⁵ Carcereiro de 4 de Setembro daquele ano a 26 de Maio de 1832. AUC, Universidade de Coimbra – *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Processos dos carcereiros”).

⁷⁶ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras* (“Carcereiro José Joaquim Gomes, termo de entrega dos bens móveis existentes no cárcere académico em 4 de Setembro de 1819”).

⁷⁷ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial Capela da Cadeial Obras*, (“Carcereiro José Joaquim Gomes, termo de entrega dos bens móveis existentes no cárcere académico em 4 de Setembro de 1819”).

tafeta branco e emcarnado; Mais outra vestimenta de damasco de ceda Roxo e com Estola Manipolo e bolsa de corporais e veu de calis; Huma Alva de Linho e Cordam; Hum amito com suas fitas emcarnadas de ceda; Huma Toalha de maons piquena”⁷⁸.



Fig. 5 || A itinerância do cárcere académico na Universidade de Coimbra: no corpo central do Paço das Escolas, sob a Sala dos Capelos (1); no edifício da Casa da Livraria (2); instalado provisoriamente no aljube episcopal (3); e no antigo colégio de S. Boaventura (4).

Contudo, não encontramos nenhuma referência documental referente aos Santos Evangelhos sobre os quais o oficial da cadeia jurava, na presença do conservador, para “entrar no exercício de seu officio de carcereiro desta Universidade”⁷⁹.

No decorrer das inúmeras reformas escolares e das múltiplas campanhas de obras de ampliação e de beneficiação ocorridas no principal

⁷⁸ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Carcereiro José Joaquim Gomes, termo de entrega dos bens móveis existentes no cárcere académico de 4 de Setembro de 1819”).

⁷⁹ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeial/ Capela da Cadeial/ Obras* (“Carcereiro Manuel da Fonseca Veiga, petição de 26 de Setembro de 1821”; “Carcereiro José Joaquim Gomes, petição de 31 de Julho de 1822”).

edifício da Universidade, o cárcere académico, por força das circunstâncias, seria transferido e renovado, consecutivamente, consoante as necessidades verificadas nos diferentes períodos vigentes. Funcionou primeiramente nas imediações da Sala Grande dos Actos, desde os finais do século XVI até ao último quartel do século XVIII, data da sua transferência para os pisos inferiores da Biblioteca Joanina⁸⁰.

Com a supressão do foro académico e a entrega da custódia dos escolares revoltosos à justiça cível, uma das consequências directas das reformas implementadas pelos Liberais a partir de 1832⁸¹, iniciar-se-ia o processo de desactivação da secular prisão universitária. Desocupadas somente em 12 de Julho de 1855⁸², as dependências carcerárias acabariam por readaptadas, implicando assim a destruição de muitas das suas estruturas originais, entre elas as do oratório, de modo a proporcionar ampliação das áreas da “livraria formada na Cadeia da Universidade”⁸³, de modo a receber as últimas incorporações provenientes das bibliotecas dos extintos colégios religiosos.

Entretanto, a solução temporária para a detenção dos presos universitários foi a utilização das instalações do aljube episcopal, junto ao paço do bispo de Coimbra, igualmente dotado com um pequeno oratório exterior para usufruto dos prisioneiros. Mas antes da sua extinção definitiva o cárcere académico ainda iria funcionar no primeiro piso do extinto Colégio de São Boaventura, situado a escassos metros de ambos os espaços⁸⁴.

Considerado como extensão do foro académico, o cárcere acabaria, pois, por adquirir também um carácter itinerante dentro do espaço físico da própria instituição, tal como viria a suceder ao oratório da prisão, onde muitos terão buscado atenuar os tormentos da alma em virtude dos delitos e infracções praticados pelo corpo.

⁸⁰ Actualmente, as únicas instalações do antigo cárcere académico, das quais restam alguns vestígios materiais arquitectónicos e materiais, estão localizadas sob a Biblioteca Joanina. Integrado no circuito museológico do Paço das Escolas, este espaço está a ser reutilizado para a realização de frequentes eventos culturais, nomeadamente exposições de cariz temporário.

⁸¹ AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeia/ Capela da Cadeia/ Obras* (“Carcereiro José Joaquim Gomes, despacho de 26 de Maio de 1832”); VASCONCELOS, 1938: 326; TORGAL, 2002: 58.

⁸² VASCONCELOS, 1901: 13.

⁸³ No entanto, é possível que a *casa detensora* tenha sido destruída durante a campanha de 1834-1835, para “as obras e arranjos necessários para a tornar accommodada ao novo destino para que fôra escolhida”. PIMENTEL, 2005: 292, nota 736; BANDEIRA, 1943: 146; AUC - Universidade de Coimbra, *Cadeia/ Capela da Cadeia/ Obras* (“Avaliação da livraria da cadeia [sem data]”).

⁸⁴ O aljube erguia-se no flanco poente do Largo da Sé, em direcção da igreja de São João de Almedina, junto da qual se erguia a capela do Santo Cristo. PACHECO, 2009: 137.

BIBLIOGRAFIA:

Fontes Manuscritas

- Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra) – Universidade de Coimbra, *Cadeia – Capela da Cadeia – Obras* (1645-1880).
- Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra) – Universidade de Coimbra, *Documentos de despesas de obras* (1593-1829).
- Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra) – Universidade de Coimbra, *Processos de Polícia Académica* (1603-1832).
- Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra) – Universidade de Coimbra, *Visitações da Capela da Universidade de Coimbra* (1597-1742).

Fontes Impresas

- Estatutos da Universidade de Coimbra* (1593). Coimbra: Impressão de António de Barreira.
- Estatutos da Universidade de Coimbra* (1654). Coimbra: Oficina de Thome Carvalho.
- Estatutos e Privilegios da Universidade* (1511). Lisboa: s.o.
- Ordenações e Leis do Reino de Portugal* (1850). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ordenações Manuelinas* (1984). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Obras de Consulta

- ABREU, José Maria de (1863) – *Legislação Académica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de (1967, 1971 e 1972) – *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade*. Coimbra: Coimbra Editora.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de (1937) – *Documentos da Reforma Pombalina*. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de; BRANDÃO, Mário (1937) – *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- BANDEIRA, José Ramos (1943/1947) – *Universidade de Coimbra*. Coimbra: s.e.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão (1991) – *A História do Património da Universidade através das fontes primárias do seu Arquivo*. In *Universidade(s) História, Memória, Perspectivas, Actas do Congresso de História da Universidade*. III. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 11-38.
- BANDEIRA, Ana Maria (2006) – *Têm a palavra os documentos: disciplina e polícia académica na Universidade de Coimbra*. In *Actas do ciclo de conferências Archivum et Jus*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, p. 123-150.
- BARRETO-FEIO, Florêncio Mago (1857) – *Memoria Historica e descriptiva á cêrca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BASTOS, Henrique Teixeira (1920) – *A vida do estudante de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- BELLEM, A.M. da Cunha (1863) – *Scenas Contemporaneas da vida académica*. Lisboa: Livraria Central.
- BRAGA, Teófilo (1892/1895/1898/1902) – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução Pública Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- BRANDÃO, Mário (1924) – *O Colégio das Artes*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BRANDÃO, Mário (1937/1938/1939/1941), *Documentos de João III*. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.
- CASTRO, Augusto Mendes de Simões de (1872) – *Relação dos ferros da cadeia do castelo de Coimbra em 1574. Panorama Photographico*. 2, p. 106-107.
- CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira (1947) – *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- CRUZ, Guilherme Braga (1964) – *Origem e evolução da Universidade*. Lisboa: Logos.
- DIAS, Pedro (1997) – *Espaços Escolares. Instalações da Universidade de Coimbra (I)*. In *História da Universidade em Portugal*. II. Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, p. 405-421.
- DIAS, Pedro; GONÇALVES, António Nogueira (2004) – *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- LEITE, Serafim (1963) – *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- LEMOS, D. Francisco de (1777) – *Relação Geral do Estado da Universidade*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- MARQUES, José (1997) – *Os Corpos Académicos e os Servidores*. In *História da Universidade em Portugal*. Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, p. 69-128.
- MATTOSO, José (1997) – *A Universidade portuguesa e as universidades europeias*. In *História da Universidade em Portugal*. Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, p. 3-30.
- MOULIN, Léo (1994) – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- PACHECO, Milton Pedro Dias (2009) – *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*. Coimbra: [s.n.] (Dissertação de mestrado em História da Arte, especialidade em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- PACHECO, Milton Pedro Dias (2001) – *Para governar e desfrutar. As residências palatinas dionisínicas*. In *Actas do Congresso Internacional Dom Dinis. 750 anos do seu nascimento*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa [no prelo/ 44 p.]
- PIMENTEL, António Filipe (1998) – *Domus Sapientiae. O Paço das Escolas. Monumentos*. 8, p. 34-39.
- PIMENTEL, António Filipe (2005) – *A Morada da Sabedoria. O Paço Real de Coimbra: Das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Almedina.
- PIMENTEL, António Filipe (1991) – *Poder, Corte e Palácio Real: Os Palácios Manuelinos e a reforma quinhentista da Alcáçova de Coimbra*. In *Universidade(s) História, Memória, Perspectivas, Actas do Congresso de História da Universidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 231-253.

- RAIT, Robert S. (1918) – *Life in the Medieval University*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RASHDALL, Hastings (1895) – *The Universities of Europa in the Middle Ages*. Oxford: Clarendon Press.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1988) – *A Universidade nos seus Estatutos*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Maria José Moutinho (1999) – *A sombra e a luz. As prisões do Liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- TORGAL, Luís Reis (2002) – *A Universidade de Coimbra. Nota Histórica*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- TRINDADE, Luísa (1993) – *José do Couto. Arquitecto titular da Universidade de Coimbra (1824-1829)*. In *Actas do Colóquio A Universidade e a Arte (1290-1990)*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 47-83.
- VASCONCELOS, António de (1987) – *Escritos Vários*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VASCONCELOS, António de (1917) – *Origem e evolução do fôro académico privativo da antiga Universidade portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VASCONCELOS, António de (1990) – *Real Capela da Universidade*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra/Livraria Minerva.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre (1997) – *O quotidiano da Academia*. In *História da Universidade em Portugal*. Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, p. 129-151.